Acordar a renúncia
ao uso da força militar

Deter o armamento nuclear

Limitar os armamentos

Criar confiança
e segurança

Da Declaração Política
dos Estados membros
do Tratado de Varsóvia,
aprovada em Janeiro de 1983
em Praga

Acordar a renúncia ao uso da força militar

Deter o armamento nuclear

Limitar os armamentos

Criar confiança e segurança

Da Declaração Política
dos Estados membros
do Tratado de Varsóvia,
aprovada em Janeiro de 1983
em Praga

O Comité Político Consultivo dos Estados membros do Tratado de Varsóvia, na sua sessão de 5 de Janeiro de 1983 em Praga, aprovou um documento de alcance histórico. Face à situação de tensão, a comunidade de Estados socialistas apresentou à opinião pública mundial um amplo programa de limitação dos armamentos, do desarmamento, praticamente acerca de todos os aspectos para a reanimação e a colocação em prática do desanuviamento internacional.

A presente publicação contém, de forma resumida, as sugestões e propostas concretas da Declaração Política dos Estados do Tratado de Varsóvia.

Acordar em tratados a renúncia ao uso da força militar

Os Estados membros do Tratado de Varsóvia propõem a conclusão de um Tratado sobre a renúncia mútua ao uso da força militar e sobre a manutenção de relações pacíficas.

- No centro do Tratado estaria o compromisso mútuo dos Estados membros de ambas as alianças de não serem os primeiros a utilizar uns contra os outros armas nucleares ou convencionais. Este compromisso deveria estender-se aos territórios de todos os Estados signatários do Tratado, bem como ao seu pessoal militar e civil, a navios, aviões e naves espaciais ou outros objectos seja onde for que se encontrem.
- No Tratado deveria prever-se um compromisso análogo para os países pertencentes às duas alianças de se não recorrer ao uso da força militar contra terceiros países.
- O Tratado deveria conter o compromisso de se conduzir negociações, no espírito de boa vontade, sobre medidas efectivas a favor do termo da corrida aos armamentos, da limitação e redução dos armamentos e a favor do desarmamento.
- No mesmo sentido deverá ir o compromisso de se debater conjuntamente medidas práticas para evitar o perigo de um ataque de surpresa e de promover, como medida de confiança, o intercâmbio de delegações militares, bem como a visita recíproca de unidades da armada e da aviação.
- O Tratado não limitaria o direito inalienável dos seus participantes à defesa individual e colectiva, de acordo com o Artigo 51.º da Carta das Nações Unidas.
- Embora se proponha concluir um tratado sobre o não

recurso mútuo à força militar e sobre a manutenção de relações pacíficas entre os Estados de ambas as alianças militares e políticas, outros Estados europeus teriam também o direito de participar na sua elaboração e conclusão. Desde o começo, o Tratado estaria aberto também a outros Estados do mundo que desejassem aderir, como participantes com direitos iguais.

- Os Estados do Tratado de Varsóvia afirmaram que mantêm em pé a proposta feita há muito de dissolução das duas alianças – a NATO e o Tratado de Varsóvia – e que estão dispostos a estabelecer negociações com os países membros da NATO para a conclusão do acordo respectivo – a começar pelas questões da restrição mútua de actividades militares.

Deter o armamento nuclear

- Após o compromisso unilateral da URSS de não utilizar em primeiro lugar armas nucleares, todas as potências nucleares, que ainda não seguiram este exemplo, deveriam fazê-lo.
- Os Estados de importância militar deveriam acordar não aumentarem os seus efectivos militares nem as armas, sobretudo com respeito às armas nucleares.
- De acordo com a proposta da União Soviética, as armas estratégicas da URSS e dos EUA seriam congeladas quantitativamente e a sua modernização seria limitada ao maximo.
- Deve acordar-se um programa de desarmamento nuclear gradual para evitar o desenvolvimento e a produção de novos sistemas de armas nucleares, obstar à produção de material cindível para o fabrico de diferentes tipos destes sistemas de armas nucleares e de vectores de armas nucleares.
- Armas nucleares não devem ser instaladas em países onde ainda não existem. Nos países em que já estão instaladas armas nucleares, o seu número não deve ser aumentado.
- Apoiar-se-á propostas para a criação de zonas livres de armas nucleares no Norte da Europa, nos Balcãs e em outras regiões do continente europeu.
- Retirada de navios portadores de armas nucleares do Mar Mediterrâneo e não-instalação de armas nucleares em territórios de países mediterrânicos não-nucleares. Além disso, os Estados do Tratado de Varsóvia apoiam a transformação do Mar Mediterrâneo numa zona de paz e de cooperação.

Redução de mísseis nucleares de médio alcance na Europa

- Os Estados membros do Tratado de Varsóvia vêem como melhor solução uma Europa completamente livre de armas nucleares de médio alcance e de armas nucleares tácticas.
- Se, actualmente, não for possível chegar a essa autêntica opção-zero, partem do princípio de que as armas nucleares de médio alcance na Europa seriam reduzidas radicalmente, segundo o princípio da igualdade e da segurança igual.
- Na sessão foi salientado o contributo prestado pela União Soviética com as suas propostas publicadas em 21 de Dezembro de 1982 em Moscovo. Neste dia, o secretário-geral do Comité Central do PCUS Iuri Andropov propôs na sessão comemorativa do 60.º aniversário da URSS em Moscovo:

– A União Soviética manteria na Europa apenas o mesmo número de mísseis da Grã-Bretanha e da França. Isto significa que a União Soviética retiraria centenas de mísseis, entre os quais algumas dezenas dos mísseis mais modernos designados pelo Ocidente por SS-20;

– O número dos mísseis soviéticos continuará a ser reduzido de acordo com o decréscimo adicional do número dos mísseis britânicos e franceses;

– É importante acordar uma redução do número dos aviões portadores de armas nucleares de médio alcance na região, a um nível igual tanto para a URSS como para os países da NATO.

Limitação dos armamentos e das zonas de acção

- Propõe-se negociações a fim de reduzir, tanto global como regionalmente, os armamentos convencionais e as forças armadas.
- Deverá retomar-se as negociações sobre a limitação do comércio de armas convencionais.
- Há que negociar sobre a limitação das actividades militares nos oceanos, assim como sobre a limitação e a redução do armamento das forças navais e a ampliação das medidas de confiança aos oceanos e mares.
- Serão incentivados novos esforços, à escala mundial, para eliminar as bases militares estrangeiras e para retirar as tropas estrangeiras de territórios alheios.
- Os Estados membros do Tratado de Varsóvia declararam que não querem ampliar a zona de acção da sua aliança, e exortam por isso a NATO a que, por sua parte, renuncie à ampliação da zona de acção deste Bloco a novas regiões, por exemplo à região do Golfo.
- Declaram-se a favor tanto duma retomada das negociações soviético-americanas sobre a limitação e a redução subsequente das actividades militares no Oceano Índico, como da proposta de transformação do Oceano Índico numa zona de paz.
- Deverão ser acordadas medidas que visem impedir ataques de todo o tipo a instalações não-militares.

Negociações e acordos

Os participantes nesta sessão apelam a todos os Estados que dêem novos impulsos às negociações, designadamente na Comissão de Desarmamento de Genebra, a fim de:

- ser elaborado o mais brevemente possível um acordo sobre a proibição total e geral dos ensaios com armas nucleares;
- ser acelerada a elaboração duma convenção internacional sobre a proibição e a destruição das armas químicas;
- se passar à elaboração duma convenção sobre a proibição da bomba de neutrões;
- serem iniciadas sem demora negociações sobre a proibição da instalação no espaço de todos os tipos de armas;
- se chegar sem demora a um acordo duma convenção internacional sobre a proibição de armas radiológicas;
- se resolver mais rapidamente a questão do reforço das garantias de segurança para Estados não-detentores de armas nucleares.

Reduzir o orçamento armamentista

- Exorta-se os Estados da NATO a concluirem com os Estados membros do Tratado de Varsóvia um acordo prático de não aumentarem as despesas de armamento e de reduzi-las, no futuro, de forma absoluta ou proporcional.
- Um tal acordo deveria abranger todos os Estados que detêm um grande poderio militar.
- As verbas libertadas através da redução das despesas armamentistas deveriam ser utilizadas para o desenvolvimento económico e social, designadamente para apoiar os países em vias de desenvolvimento.
- Mantêm-se em vigor as propostas apresentadas individual ou conjuntamente pelos Estados membros do Tratado de Varsóvia acerca do tema das despesas armamentistas.
- Há que iniciar sem demora as negociações acerca destas questões, entre os Estados membros do Tratado de Varsóvia e os países membros da NATO.

Por progressos nas negociacões de Viena

Os Estados representados na sessão de Praga declaram-se a favor da redução de forças armadas e armamentos na Europa Central, pois a concentração duma grande quantidade de armas convencionais nesta região provoca sérios perigos para a paz na Europa.

A sua proposta é:

- A União Soviética e os EUA deverão, com base no exemplo recíproco, empreender um passo prático visando a redução das forças armadas e armamentos na Europa Central.
- Deverá organizar-se a vigilância sobre a concretização desse passo, por representantes de ambas as partes.
- Depois de terminada a retirada de tropas, será congelado por ambas as partes o nível das forças armadas e armamentos dos participantes directos nas negociações de Viena, até que se chegue a um acordo nestas negociações.
- Depois da primeira redução bilateral das forças armadas e armamentos na Europa Central, há que prosseguir as negociações a fim de possibilitar reduções ainda mais amplas.
- Não obstante as negociações em curso sobre questões de armamento na Europa, os Estados membros do Tratado de Varsóvia são a favor de que se liberte o continente de armas de extermínio maçico, como é o caso das armas químicas. Estão dispostos a rever todos os meios e caminhos aptos a resolver esta tarefa e iniciar as respectivas negociações.

Por resultados positivos no Encontro de Madrid

- Levando em consideração os interesses de todos os Estados participantes do Encontro de Madrid, em sequência da CSCE, deverá sair o mais brevemente possível um documento final substancial e equilibrado.
- Deveria chegar-se a um acordo sobre a convocação duma conferência sobre medidas que visam desenvolver a confiança, a segurança e o desarmamento na Europa. Deveriam ser fixadas, dentro do espírito da Acta Final de Helsínquia, medidas para o desenvolvimento da cooperação nos domínios político, económico, humanitário e outros.
- Deve ser assegurada a continuidade do processo à escala de toda a Europa, bem como o seu quadro organizativo, incluindo a fixação do local e da data do próximo encontro de representantes dos Estados participantes da conferência pan-europeia.
- Os Estados membros do Tratado de Varsóvia propõem que a próxima sessão tenha lugar em Bucareste.

Desenvolvimento da cooperação

- Para o maior desenvolvimento de relações mutuamente vantajosas com todos os Estados do continente europeu, deveriam ser mantidos e aprofundados diálogos políticos, consultas a todos os níveis, assim como contactos políticos com a maior amplitude possível.
- Disso faz parte também o desenvolvimento de contactos, com base bilateral e multilateral, entre parlamentos, partidos políticos, sindicatos, organizações juvenis, de mulheres e outras, no interesse da paz e da segurança na Europa.
- A cooperação pragmática no comércio, nos sectores industrial, agrícola e técnico-científico, deveria ser dilatada de forma multifacetada e sem discriminação. Isso incluiria também medidas para fortalecer a confiança nas relações económicas.
- O enriquecimento mútuo intelectual dos povos europeus, o intercâmbio de valores artísticos e a divulgação de informações verídicas, dentro do espírito de respeito mútuo e da benevolência.

Editor: PANORAMA RDA – Agência de Imprensa para o Estrangeiro SARL
RDA - 1054 Berlin, Wilhelm-Pieck-Strasse 49
Fecho da redacção: Janeiro de 1983
Editora Zeit im Bild, DDR - 8012 Dresden, Julian-Grimau-Allee
Printed in the German Democratic Republic
by Grafischer Grossbetrieb Völkerfreundschaft Dresden
3253 - 11